

INCLUSÃO DA TEMÁTICA DE GÊNERO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: PRIMEIROS PASSOS¹

Maria Eulina Pessoa de Carvalho²
Flávia Maia Guimarães³
Adenilda Bertoldo Alves de Moraes⁴
Francisca Jocineide da Costa e Silva⁵

RESUMO

Este texto relata os resultados de um estudo que tem como objetivo investigar a inclusão da temática de gênero no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB – Campus I) e como ela se efetiva. Para tanto analisamos o Projeto Pedagógico do Curso (2008) e as ementas das disciplinas; entrevistamos docentes com objetivo de conhecer suas abordagens e experiências com a inserção da temática de gênero. Os resultados apontam que, apesar do PPC de Pedagogia mencionar na sua fundamentação teórica e no item *competências, atitudes e habilidades* a palavra gênero, esta aparece na ementa de apenas duas disciplinas. Os/as professores/as que incluem gênero em suas disciplinas o fazem por iniciativa própria calcada em um compromisso político. Consideramos que gênero é um tema que deve ser transversalizado ao longo do curso, independentemente da presença do termo nas ementas, todavia estamos ainda longe dessa prática.

Palavras chave: Gênero. Currículo. Pedagogia. UFPB.

ABSTRACT

This paper presents the results of research that aimed to investigate the inclusion of gender (and how it takes place) in the curriculum of Pedagogy, a Teacher Education undergraduate program, at Federal University of Paraíba (UFPB), Brazil. We analyze its Pedagogical Project (approved in 2008) and the course listings, and interview professors in order to know their approaches and experiences about gender mainstreaming. The results point out that, despite the fact that the Pedagogical Project mentions gender in its theoretical background and in a section about competences, attitudes, and skills, gender appears only in the listings of two courses. Professors who include gender in their courses do it by their own initiative, based on political commitment. We consider that gender is a theme that must be mainstreamed along the curriculum, independently of its explicit mention in the course listings, nevertheless, we are far from turning it a widespread pedagogical practice.

Keywords: Gender. Curriculum. Teacher education. UFPB.

¹ Este trabalho é parte de uma das ações propostas pelo projeto de pesquisa CAPES/DGU 303/13: Gênero e educação superior: políticas, narrativas e currículo. Enfocando a introdução da perspectiva de gênero na educação superior, o projeto busca promover uma mudança ética nas instituições para que estas incorporem em seus sistemas axiológicos o respeito à diversidade e a busca da equidade, particularmente a equidade de gênero (CARVALHO, 2013a).

² PhD em Currículo, Ensino e Política Educacional. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. Pesquisadora do NIPAM UFPB. mecarv@gmail.com

³ Doutora em Teoria da Literatura e Estudos Culturais. Professora DFE/CE/UFPB. Pesquisadora do NIPAM. flaviamaia@gmail.com

⁴ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. adenilda12@hotmail.com

⁵ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. jocineideufpb@gmail.com

Gênero, conhecimento e formação

Como afirmam Rocha e Luz (2011, p. 144), “a cultura científica e tecnológica ocidental foi construída a partir de valores de dominação e controle tipicamente masculinos, revelando-se ainda hoje com marcas de sexismo e discriminação de gênero”. A história da produção do conhecimento, além de ser contada apenas sob um viés, foi construída sob um único aspecto; assim, o conhecimento científico é um produto androcêntrico, caracterizado por excluir as mulheres enquanto sujeitos e objetos do conhecimento, tanto da construção quanto do acesso ao mesmo, através da interdição da presença feminina na academia até meados do século XX, quando as mulheres eram impedidas de ter contato com suas produções, constituindo-se um *androcentrismo excludente*. Em outro momento, caracterizado como *androcentrismo inclusivo*, é permitido às mulheres frequentar a academia, porém seus saberes não podem ser validados (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, 2000).

A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing em 1995, com o objetivo de promover a igualdade e evitar a discriminação, determinou linhas de ação, entre elas, a transversalidade de gênero que busca “assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental” (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1995, p.149). Na política educacional isso significa não apenas proporcionar o acesso de mulheres a todas as áreas de conhecimento e formação, mas transversalizar gênero nos currículos.

Os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM), desde a sua primeira versão em 2004, têm como objetivo implantar ações visando diminuir as desigualdades de gênero e outras, inclusive no âmbito educacional. Há o reconhecimento de que a paridade nas matrículas não eliminou a desigualdade de gênero:

a educação brasileira ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero. Há paridade nas matrículas em quase todos os níveis de ensino. A desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas permanecem diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessadas por mulheres e homens (BRASIL, 2013, p. 22).

Para dirimir as desigualdades ainda existentes na educação, o PNPM 2013-2015 aponta como objetivos específicos e metas para a educação superior:

- formação continuada dos/as profissionais da educação através dos cursos Gênero e Diversidade na Escola e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça;
- enfrentamento da violência de gênero em todos os níveis de educação;
- ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e superior, com destaque para áreas científicas e tecnológicas onde os homens são maioria, considerando as mulheres em sua diversidade;
- apoio à produção e divulgação do conhecimento sobre gênero e diversidade por meio do fortalecimento dos núcleos de gênero nas universidades (BRASIL, 2013).

Explicitamente, a palavra **currículo** aparece no capítulo da educação do PNPM 2013-2015 referindo-se à educação básica, afirmando-o como um artefato que ainda reproduz desigualdades, e também como um meio de superar essa reprodução e construir uma proposta educacional pautada na valorização e inclusão da diversidade.

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), vigente entre 2001-2010, apresentou como uma das metas para a educação superior a inclusão da temática de gênero nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de professores/as, bem como a coleta de informações anualmente sobre o número de matrículas e evasão por sexo na educação superior a fim de formular políticas de gênero para melhoria da inclusão das mulheres, entendendo como acesso, permanência e sucesso, destacando especificamente a “gravidez e/ou exercício de funções domésticas relacionadas à guarda e educação dos filhos” (p. 46). (CONGRESSO NACIONAL, 2000, p. 46). No entanto, a inclusão de gênero no PNE é ainda limitada e não contempla questões importantes como a transversalização de gênero em todos os currículos da formação profissional e a reversão da segregação das mulheres em cursos tidos como femininos e desvalorizados socialmente.

Durante a longa tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei (PL) 8.035/2010 que “Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020” (PNE 2011-2020), que já deveria estar em vigência, houve debate sobre a inclusão explícita da problemática de gênero. Em abril de 2014 foi aprovada na Câmara dos Deputados a exclusão da expressão “gênero” do Artigo 2º, que aponta como uma das diretrizes “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (PAZ, 2014). No projeto inicial do PNE 2011-2020 a expressão gênero aparecia unicamente no item 3.9 da terceira meta que é referente ao Ensino Médio (CONGRESSO NACIONAL, 2010), diferentemente do PNE 2001-2010 em que apareceu em todos os níveis de ensino ao referir-se a material didático e paridade de matrículas.

Finalmente, a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Destacamos duas de suas diretrizes contidas no Artigo 2º: “III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”; e “X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”. Assim, a questão de gênero está contemplada de forma implícita, assim como as demais desigualdades.

Cabe, então, a proposição de medidas, no âmbito do currículo, necessárias para superar desigualdades, erradicar discriminações e promover os direitos humanos e a diversidade. Atualmente, o enfoque da transversalização curricular inclui uma questão como parte integral da prática pedagógica. De acordo com esse entendimento, a temática de gênero atravessaria todas as disciplinas e conteúdos curriculares da formação ofertada nas instituições de ensino superior.

Assim, segundo Carvalho (2013b, p. 4),

Transversalizar gênero no currículo significa que gênero, assim como outras categorias de análise social, é eixo vertical (como tema gerador) e horizontal (como conteúdo de todas as disciplinas). Implica a atenção a questões sociais importantes, a exemplo da violência de gênero, e adoção de obras seminais que focalizem centralmente gênero. Em cada disciplina implica a inclusão de uma unidade enfocando gênero (articulado a outras estruturas de desigualdade social, na perspectiva interseccional) e de bibliografia específica da área de estudos feministas e de gênero, inclusive de autoria feminina.

A transversalização dos estudos de gênero na formação profissional é pertinente porque a problemática das relações de gênero é complexa e indaga todas as áreas do conhecimento.

Ademais a efetividade da equidade de gênero na educação superior “requer justiça do reconhecimento para a transformação das relações na vida institucional, na docência, na pesquisa e na gestão, a fim de difundir uma nova cultura” (CARVALHO; MONTANÉ, 2012, p. 21), que repercutirá na formação e desenvolvimento profissional posterior.

Nos dias atuais, a transversalização de gênero nos currículos da educação superior pouco tem progredido. É possível observar nos projetos pedagógicos de alguns cursos a incipiente inclusão da temática aqui apresentada, inclusive nos cursos ditos femininos (CARVALHO; RABAY; MORAIS, 2013).

Gênero na formação do/a Pedagogo/a

Atualmente, no Brasil, os cursos de Licenciatura em Pedagogia são organizados legalmente a partir da Resolução 1/2006 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno que institui suas diretrizes curriculares. Nesse documento, fizemos uma busca da palavra chave *gênero* e encontramos apenas no Art. 5º, X, que inclui uma das aptidões a serem desenvolvidas nos/as docentes em formação: “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO, 2006).

O documento traz outras propostas relacionadas à diversidade cultural podendo ser incluída aí a temática de gênero. Contudo, constatamos que em toda sua extensão apresenta-se uma linguagem sexista/masculina, invisibilizando a presença feminina que inclusive é predominante no referido curso.

O referido documento é uma das bases legais para a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação do Campus I da UFPB, que é regido atualmente pela Resolução Nº 64/2006 do CONSEPE que aprovou seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), nomenclatura então usada. Oferecido em diversos campi, turnos e também na modalidade à distância, o curso de Pedagogia presencial do Centro de Educação (Campus I), o mais antigo dentre todos, tem como objetivo formar professores/as para

exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, e/ou na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CURSO DE PEDAGOGIA, 2008, p. 13)

O curso funciona em regime de créditos (214), com uma carga horária total de 3.210 horas/aula e com a duração mínima de quatro anos e meio no turno diurno e cinco anos no noturno. Conta com duas áreas de aprofundamento: Magistério em Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, que devem ser escolhidas no último semestre do curso (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CURSO DE PEDAGOGIA, 2008). As 76 disciplinas são separadas em três blocos: conteúdos básicos profissionais, conteúdos complementares obrigatórios e conteúdos complementares optativos. São ofertadas por três departamentos compostos de 132 docentes, sendo 66% mulheres, conforme dados obtidos em agosto de 2013.

No ano de 2013 o curso de Pedagogia (Campus I, João Pessoa) registrou os seguintes números de matrículas femininas: curso integral 93,75%; vespertino 89,51%; e noturno 83,91% (CARVALHO; RABAY; MORAIS, 2013). Estes números estão em consonância com estudos recentes que confirmam a presença majoritária das mulheres no corpo discente da educação superior no Brasil, sobretudo nas áreas de ciências humanas, sociais e da saúde. Em um curso majoritariamente feminino seria de se esperar uma consciência da temática de gênero expressa no currículo.

Em análise do PPP de Pedagogia (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CURSO DE PEDAGOGIA, 2008), encontramos referência a *gênero* no item 4. *Fundamentação Teórica*, que destaca “uma

abordagem pluralista da educação [...] princípio da compreensão das diferenças [...] de etnia, gênero, classe etc. que dão origem a diferentes modos de organização da vida, valores e crenças” (p. 13). Também no item 7. *Competências, Atitudes e Habilidades* lê-se que “o egresso do Curso de Pedagogia deverá estar apto a [...] demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (p. 14). Estes enunciados não sugerem uma reflexão crítica sobre as desigualdades advindas das diferenças.

Proposição da temática de gênero nas disciplinas a partir das ementas

Dentro do conjunto das 76 disciplinas, analisamos num primeiro momento todas as ementas e verificamos que apenas duas trazem a palavra gênero: *Educação e Diversidade Cultural*; *Cultura, Gênero e Religiosidade*.

Em um segundo momento, selecionamos algumas disciplinas que, a nosso ver, deveriam necessariamente abordar a temática: *Filosofia da Educação I e II*; *História da Educação I e II*; *Sociologia da Educação I e II*; *Psicologia da Educação I e II*; *Educação e Trabalho*; *Currículo e Trabalho Pedagógico*; *Corpo, Ambiente e Educação*; *Educação e Movimentos Sociais*; *Educação Pré-Escolar*; *Cultura e Educação de Jovens e Adultos*; *Educação Sexual*; *Fundamentos Psicossociais das Relações Humanas* e *Fundamentos Biológicos da Educação*. Nas ementas dessas disciplinas encontram-se proposições de temáticas de forma ampla, o que possibilita a abertura para discussões de questões diversas além das expressas em seu texto. A proposta de análise das ementas dessas disciplinas, mesmo não explicitando a temática de gênero, se dá por entendermos que a transversalização é pertinente.

Nas disciplinas *Filosofia da Educação I* e *Filosofia da Educação II* é possível abordar a temática de gênero partindo-se da importância social das mulheres enquanto um ser pensante, dotado de razão, capacidades que historicamente foram atribuídas apenas aos homens. Também em contraposição ao predomínio de homens filósofos pode se dar destaque às construções das mulheres, buscando dar visibilidade às contribuições das filósofas para o campo do conhecimento. Ademais, podem-se destacar as contribuições das educadoras brasileiras para os debates teóricos da educação.

As disciplinas *História da Educação I* e *História da Educação II* possibilitam a discussão do papel da mulher na história da educação e da pedagogia e como elas são apresentadas como estudantes, docentes e historiadoras. Podem abordar as questões de feminização do magistério e a exclusão histórica das mulheres na produção do conhecimento e posteriormente sua inclusão a partir dos movimentos feministas. Cabe destacar que contamos com produção científica relevante sobre educação das mulheres e feminização do magistério no Brasil, que não pode ser desprezada na formação docente, a exemplo dos trabalhos de Louro (1994, 1995, 1997), Almeida (1998) e Chamon (2005), entre outros.

Em *Sociologia da Educação I* e *Sociologia da Educação II* pode-se discutir sobre a mulher enquanto sujeito social presente e/ou ausente na educação e em diversas instituições sociais. Além disso, pode-se estudar o pensamento das sociólogas da educação e suas contribuições para esse campo, discutir acerca de “temas emergentes sobre a relação educação e sociedade brasileira”, conforme sua ementa, por exemplo, violências de gênero, exclusões e vulnerabilidades de grupos de mulheres (meninas, idosas, negras, indígenas, lésbicas, trabalhadoras, deficientes, camponesas etc), a problemática da mulher trabalhadora (IBGE, 2012), e as divisões sexual do trabalho no campo da docência.

Psicologia da Educação I e *Psicologia da Educação II* possibilitam a discussão sobre o desenvolvimento humano e o processo educativo, sobretudo no aspecto sociocultural, podendo problematizar a construção das identidades e autoconceitos de gênero desde a infância.

A partir da linguagem sexista apresentada na disciplina *Educação e Trabalho* pode-se debater sobre divisão sexual do trabalho, a participação da mulher na educação e no trabalho no contexto capitalista, sua exploração enquanto trabalhadora doméstica e assalariada; analisar criticamente as desigualdades existentes nas relações de trabalho tendo como fundamento o sexo biológico e as atribuições de gênero, ou seja, como as divisões horizontal e vertical do trabalho são baseadas no gênero. É imprescindível nesta disciplina discutir a feminização do trabalho docente no cenário brasileiro e mundial.

A temática de gênero dentro da disciplina *Currículo e Trabalho Pedagógico* deve ser incluída, sobretudo nas discussões das teorias pós-críticas e multiculturalistas do currículo, uma vez que a literatura sobre o currículo nessas vertentes já incorporou a temática de gênero desde a década de 1990 (SILVA, 2010).

A disciplina *Corpo, Ambiente e Educação* não pode evitar a abordagem de gênero ao destacar “a corporeidade como experiência: meio ambiente e cultura”, termos registrados em sua ementa. Possibilita discussões sobre o corpo nos aspectos socioculturais, devendo considerar que a feminilidade e a masculinidade em suas variadas formas são atribuídas aos corpos biológicos. Segundo Cranny-Francis et al (2003) não se concebe corpo sem gênero.

Apesar da disciplina *Educação e Movimentos Sociais* em sua ementa destacar apenas o movimento sindical, ela deve promover a discussão sobre o reconhecimento do feminismo como o movimento social mais importante do final da década de XX (CASTELLS, 1999), conduzindo campanhas e lutas com demandas centradas em diversas questões: violências contra as mulheres, discriminações no mercado de trabalho, creches, melhorias nos serviços e equipamentos escolares e de saúde, divisão das tarefas domésticas, licença maternidade, direitos sexuais e reprodutivos.

Na disciplina *Cultura e Educação de Jovens e Adultos* a possibilidade de abordagem da temática de gênero refere-se ao aspecto antropológico que ela destaca em sua ementa, bem como ao entendimento sobre os processos de socialização primária e secundária enquanto uma das funções da educação, como também a construção dos papéis sociais nos universos do trabalho e da cidadania. Stromquist (2007, p. 21) argumenta que “as contribuições feministas para a democracia e cidadania enfatizam que a democracia envolve questões de gênero porque o cidadão pleno tende a ser um homem”, que pode usufruir o tempo necessário para agir na esfera pública graças à ordem doméstica patriarcal.

A ementa da disciplina *Educação Pré-escolar* remete ao debate sobre as construções de gênero iniciadas na infância ao promover o estudo do desenvolvimento infantil. Outro aspecto seria a problematização da massiva presença da mulher no ensino infantil e conseqüentemente, a ausência masculina.

Entendemos que na disciplina *Educação Sexual* é imprescindível também a abordagem de gênero, pois sexualidade e gênero são temas que se interrelacionam estreitamente. Apesar da ementa da disciplina não apresentar a palavra gênero, esta deveria possibilitar a discussão de sexualidade em suas dimensões social e cultural, bem como a discussão do desenvolvimento psicosssexual do ser humano nas diferentes faixas etárias informadas pela perspectiva crítica de relações de gênero.

Apesar da linguagem sexista verificada na ementa da disciplina *Fundamentos Psicossociais das Relações Humanas*, a temática de gênero poderá ser inserida a partir da abordagem das lutas de classe, destacada na ementa, como forma de inserção desigual do ser humano nas relações sociais, bem como a abordagem da opressão e emancipação dos grupos sociais, incluídas aí as lutas das mulheres.

Quanto à disciplina *Fundamentos Biológicos da Educação*, pode-se indagar se é possível enfocar “temas relacionados com o organismo humano e suas funções [...] o crescimento, nutrição e rendimento escolar [...], educação para a saúde”, além das questões ambientais e de melhoria da

qualidade de vida, sem situar e vestir esse “organismo humano” em seus contornos sociais e culturais, em que gênero é dimensão fundante. A ementa desta disciplina apresenta uma linguagem sexista ao usar as expressões: “homem, cidadão”. É possível discutir que não é o sexo (corporeidade) dos indivíduos que determina os papéis sociais e/ou as identidades de gênero, e ressaltar que o que é aprendido foi socioculturalmente construído sobre os aspectos biológicos e serve de justificativa para a desigualdade entre homens e mulheres.

Palavras dos/as docentes

Para entrevistar docentes do curso de Pedagogia que lecionam ou lecionaram as disciplinas apresentadas anteriormente, fizemos um levantamento nos departamentos a fim de identificar os/as professores/as responsáveis pelas mesmas. Porém, não foi possível a realização da entrevista com todos/as devido à indisponibilidade de alguns/algumas e recusa de outros/as. Foram realizadas dez entrevistas, com sete mulheres e três homens, no período de outubro de 2013 a junho de 2014.

A professora da disciplina *Filosofia da Educação I* mencionou que inclui a temática de gênero em sua disciplina por considerar que: “antes de ser professora, eu sou uma mulher. Então essas relações elas precisam ser talvez reconfiguradas, reorientadas e trazer o debate não só para o campo teórico, mas para a prática também”. Expôs uma experiência:

Imagina que eu há 25 anos atrás dava aula na UFPE e um aluno, porque eu reclamei dele, ele levantou a camisa para mostrar que estava armado. Essa relação não é só uma relação de violência direta e explícita, não, tem uma questão de gênero embutida que a gente precisa colocar na ordem do dia. É uma relação de poder.

Sobre trabalhar a temática de gênero, mesmo que não conste na ementa, diz que “não é uma opção, deve ser uma obrigação. Mas é o que a gente chama de currículo oculto.” Ela aborda a temática colocando invariavelmente o percurso da mulher: “eu tento fazer com que meus alunos e alunas entendam que isso é uma construção histórica” e encontra receptividade e oportunidade:

Eu percebo uma adesão. Não coloco só a questão de gênero. Coloco também historicamente como é que a gente virou mulher, dentro de casa, pra ter um filho, e achar que é sexo frágil... Mas eu também adoto as questões da homofobia, do racismo, que pra mim são expressões de poder. Então essas questões elas precisam ser tocadas. E a gente que é professora tem essa vantagem de poder dizer as coisas [...] essa vantagem de abordar certas questões. A gente precisa aproveitar.

Formada em Pedagogia, ela afirma que durante a sua formação não estudou gênero. Porém, no movimento estudantil, ao ingressar na universidade em 1977 diz que “essa questão estava colocada. O nosso corpo nos pertence, o movimento feminista do fim da década de 1960 sendo reacendido, o processo de democratização no Brasil, então a gente tinha que repensar o papel da mulher”.

A professora que ministra as disciplinas *História da Educação I* e *História da Educação II* é formada em Letras, Pedagogia e Direito e informou que em nenhuma de suas formações estudou sobre gênero. Acerca da abordagem desta temática em suas disciplinas ela afirmou que não a traz como foco principal, porém de forma transversal quando discute, por exemplo, “vidas professorais, como as mulheres chegaram a ser professoras; não está em todas as unidades, entra em uma e outra não...”. Usa como metodologia diálogos e discussões com a turma, e histórias de vida professoral. Sobre a receptividade do alunado informou que “recebem bem, dialogam bem”.

A professora entrevistada da disciplina *Sociologia da Educação* mencionou que enquanto conteúdo curricular, não estudou gênero na sua formação. Porém, estudou de outra forma: “eu estudei porque eu fiz parte de um grupo de estudos, de uma pesquisa de uma professora de sociologia que era também militante feminista. Então eu participava desse grupo, o Grupo Raízes, lá em Campina Grande. Estudei desse modo.” Sobre a inclusão da temática, ela o faz “transversalmente, porque na ementa não tem nenhuma brechinha assim... que seja possível incluir. Então sempre nas temáticas gerais que dá para falar, aí eu faço isso”. Sobre a receptividade do alunado, diz que:

É bem interessante porque as pessoas dizem que é uma temática marginalizada, mas parece que é marginalizada por nós acadêmicos, por nós daqui da instituição, porque sempre os alunos entram na discussão. [...] É bem recebida, sim, a temática. Na verdade eu não abordo gênero, o foco não é gênero, eu trabalho gênero por conta de sexualidade porque é relacional. Mas eu percebo uma boa receptividade.

Uma das autoras deste texto, professora das disciplinas *Psicologia da Educação I e II*, fez os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Psicologia na UFPB e não teve oportunidade de estudar questões de gênero nas disciplinas. Quanto às questões referentes à sexualidade, foram abordadas sob uma perspectiva freudiana. Lembra que nessa época já existia uma crítica sobre a forma como a sexualidade da mulher era abordada na obra de Freud. Posteriormente, no mestrado em Psicologia Social teve oportunidade de cursar uma disciplina Tópicos Especiais – Ecofeminismo, época em que ocorreu a Eco 92 no Rio de Janeiro. Embora no curso não tenha tido oportunidade de estudar as questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva de equidade, teve o privilégio frequentar a universidade em um período de grande efervescência dos movimentos sociais, e acompanhava o surgimento de uma das primeiras organizações feministas de João Pessoa, além do movimento docente. Ali estavam Eleonora Menecucci e Lourdes Bandeira – atuais ministra e secretária executiva da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República-SPM/PR, entre outras docentes feministas. Aprendeu muito com estas mulheres que definitivamente mudaram sua forma de ver o mundo.

Sobre a inclusão da temática, quando se trata da *Psicologia da Educação I*, conecta os conteúdos da disciplina com as questões de gênero e sexualidade no momento em que trabalha o desenvolvimento psicossocial da criança/adolescente. Mesmo que estas questões não estejam diretamente indicadas na ementa, elas ocupam uma das três unidades do curso. Em *Psicologia da Educação II*, que focaliza as teorias da aprendizagem, aborda os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN que apresentam a educação sexual como um tema transversal, nomeado “Orientação Sexual”, a ser trabalhado nas escolas brasileiras. Também introduz gênero sempre que haja demanda em sala de aula, por militância feminista. Utiliza o material base do curso “Gênero e Diversidade na Escola: formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais” (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009), junto com outros

textos e vídeos que variam conforme a necessidade da turma. Considera a receptividade da temática ainda pequena, pois existe uma grande resistência por parte do alunado, principalmente daqueles/as ligados a alguma religião.

A docente da disciplina *Educação e Trabalho* afirmou na entrevista que não insere a temática como foco central, mas transversalizando, destacando-a em algumas atividades:

Eu tenho voltado o seminário para a questão do trabalho docente, com uma temática da feminização do magistério [...] e como essa questão do gênero especificamente tem sido percebida nesse processo de evolução do trabalho, especialmente na discussão do contexto do trabalho capitalista, e como foram vulneráveis as mulheres e as crianças num nível de exploração intensificado.

Afirma que existe receptividade do alunado pelo possível acesso em disciplinas anteriores e pela vivência da problemática:

Eu tenho a impressão que, de certa forma, tem sido ou situações vivenciais relacionadas à condição ou então o acesso a essas informações que devem estar tendo em outro componente curricular, porque estão chegando a mim, às vezes, com algum nível de sensibilidade.

A professora não estudou gênero durante sua formação inicial, porém destaca que sua aproximação com a temática deu-se na pós-graduação ao “discutir sobre o processo de trabalho nas indústrias flexíveis [...] Fui tendo acesso às discussões sobre as transformações no mundo do trabalho, que não aconteciam da mesma forma para homens e mulheres.” Sua pesquisa desenvolveu-se em um curso técnico de alunado predominantemente masculino e percebeu que as meninas do curso vivenciavam situações de constrangimento por serem mulheres:

Tinha outros colegas que faziam o curso de Química e só ela que era chamada pra limpar o chão, pra organizar as coisas e aí ela se impôs, disse que não era o trabalho dela de técnico. Aí eu voltei pra me debruçar ainda mais porque precisava fazer uma discussão mais aprofundada do que eu tinha tido.

A professora da disciplina *Corpo, Ambiente e Educação* inclui e valoriza o tema: “É importante discutir e problematizar as relações de gênero e a sexualidade. Essa temática já faz parte do conteúdo programático da disciplina, tendo em vista a construção de prática pedagógica inclusiva, não discriminatória.”

Trabalha com oficinas pedagógicas. No que se refere à receptividade de seu alunado, afirmou que: “são bem receptivos e participam de forma construtiva, respeitando a diversidade de identidades sexuais e de gênero”.

Durante sua formação, a docente não estudou gênero: “Não. O conceito de gênero foi elaborado na década de 1980. Na época não se falava nesta temática”.

Uma das autoras deste texto já lecionou as duas disciplinas *Educação e Diversidade Cultural e Cultura, Gênero e Religiosidade*, que apresentam gênero no título ou na ementa, como já foi citado. Nas duas disciplinas o carro chefe é gênero, mas em *Educação e Diversidade Cultural* trabalha todo o leque das diferenças/desigualdades. Abordava a temática não apenas como uma das questões, mas transversalizando (em intersecção) com todas as demais questões: classe, raça/etnia, deficiência, idade/geração, localização geográfica, religião. Utilizou nas disciplinas os seguintes filmes: *Ágora*, *Preciosa*, *Saindo do Armário*, *A Excêntrica Família de Antonia*, *Sexo por Compaixão*, *Transamérica*, entre outros, do Projeto Aprender em Paz (NIPAM/CE/UFPB). Sobre a receptividade, às vezes encontrou resistências dos poucos alunos do sexo masculino, os quais eram bastante paparicados pelas alunas. As alunas também eram muito receptivas aos alunos gays.

O professor da disciplina *Educação e Movimentos Sociais* inclui a temática de gênero dentro do conteúdo, abordando-a em três momentos. No primeiro, ao tratar do “processo histórico dos movimentos sociais”, destacando os movimentos ocorridos na Idade Média, como o grupo de mulheres Beguinias. No segundo momento: “quando discute o processo histórico da pedagogia latino-americana. [...] Existem mulheres, como Nísia Floresta e Maria Lacerda de Moura, que contribuíram para pensar a educação a partir da ótica feminista”. E no terceiro e último momento da disciplina, pelo contato que ela possibilita com movimentos sociais, entre eles os movimentos feministas. O professor afirma também: “a palavra gênero só aparece de forma explícita no terceiro momento, como área temática. Mas há uma preocupação nossa de também discutir dentro do processo histórico dos movimentos sociais aquela vivência trazida pelos movimentos feministas.”

O docente afirmou que em sua formação trabalhou gênero no aspecto científico e em projetos não governamentais de educação popular, destacando que a temática surgia através de diálogos com as mulheres, meninos e meninas de rua: “era muito importante para o educador social e o educador popular construir um diálogo com as mães porque muitas delas tocavam a família. E a violência que elas sofriam era muito intensa.” Atualmente coordena o projeto *Conexões dos Saberes* onde a temática de gênero está inserida através de oficinas de corte e costura: “a temática de gênero e cidadania não entra unicamente como palestras, mas está embutida no próprio trabalho das mulheres. Em rodas de conversa, na execução do trabalho, as mulheres conversam muito sobre a situação de vida”.

Sobre a receptividade de seu alunado, afirma:

Há abertura, porém depende muito do perfil da turma. Quando numa turma há estudantes que, às vezes, a própria temática do TCC se aproxima de gênero, que não são muitos, então a discussão suscita um debate. Isso eu percebo porque mesmo a temática de gênero dentro do universo da escola, que é onde a pedagogia mais navega, não costuma aparecer de forma explícita. É só ver os temas de pesquisa que têm esse universo da escola. Então, por isso que há um entusiasmo, há um interesse. Mas quando nós entramos em discussões mais específicas, aí se torna um travamento.

Com efeito, um levantamento realizado pelo NIPAM/UFPB sobre a presença das temáticas de gênero e sexualidade nos trabalhos de conclusão de curso (TCC) de Pedagogia confirmam a percepção do professor entrevistado. No período de 1993 a 2013, de um total de 999 trabalhos, apenas 46 tratavam especificamente de orientação sexual e 14 de gênero. Com abordagem

interseccional das duas temáticas encontraram-se apenas quatro trabalhos. Esses trabalhos somados equivalem a apenas 6% dos TCC no período considerado.

O professor da *Disciplina Cultura e Educação de Jovens e Adultos* afirmou que aborda a temática de gênero porque a entende como fundamental, “uma vez que faz parte do cotidiano da escola, portanto, deve ser refletida na formação docente”. Metodologicamente, trabalha com

leitura de textos, exibição de filmes que tratam sobre a cultura em geral, não só as questões de gênero, discussões sobre temas atuais. Uma questão que a gente discute muito é a questão da violência contra a mulher, que é algo que infelizmente, ainda faz parte do noticiário do nosso dia a dia.

Sobre a receptividade/reação do alunado, por ser maioria feminina, o professor informou que de modo geral há uma boa receptividade, afirmando também “que aqui e acolá tem algumas posições que não aceitam muito, mas que faz parte do processo educativo, uma vez que se está diante de uma diversidade de pensamento”.

O professor tem formação em Psicologia e Pedagogia realizada há mais de 30 anos e afirmou que a temática de gênero era bastante forte e “já estava presente no cenário brasileiro”. Afirmou ainda que “naquela época tinha muito mais discussão, muito mais ampla. Um grupo feminino estava se estabelecendo, se colocando na sociedade, trazendo a discussão sobre o papel da mulher no mercado de trabalho, então isso já era algo presente na minha formação”.

O professor responsável pela disciplina *Educação Sexual* também afirmou que aborda a temática de gênero em suas discussões, enfocando, sobretudo, os aspectos biológicos, a partir da formação das genitálias. Justifica sua abordagem afirmando: “não vejo como falar de orientação sexual ou de educação sexual sem focar gênero; gênero no aspecto sociológico, histórico e cultural, diferentemente de gênero na visão biológica, mais focada no dimorfismo sexual (diferença de sexo)”. Como metodologia, informou que são usados recursos audiovisuais, oficinas, debates, exibição de filmes, sendo um deles *Escola Sem Preconceito*⁶, sempre em “comum acordo com a turma”.

A respeito da receptividade/reação do alunado, afirmou que enfrenta grandes dificuldades: primeiro devido aos/às jovens e adultos não conhecerem seu próprio corpo e serem cheios de “tabus”. Outro aspecto refere-se à ausência das discussões relacionadas a gênero e sexualidade no meio familiar: “porque o que falta na cultura brasileira é justamente um trabalho em nível de educação doméstica sobre sexualidade, sobre gênero, mais especificamente”, e completa ainda que “essa responsabilidade foi transferida para a escola”, fato com o qual ele não concorda, pois “a escola está assumindo muitas responsabilidades”.

O professor é formado em Ciências Biológicas e afirmou que durante sua formação teve discussões sobre gênero, mas de forma breve, em duas disciplinas ligadas ao curso de licenciatura. Em uma disciplina os aspectos relevantes foram os biológicos, mas na outra “teve boa informação sobre gênero, sobre sexualidade, com mais ênfase em Freud e Michel Foucault”.

CONCLUSÕES

⁶ Vídeo integrante do Projeto Aprender em Paz, realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulheres e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM). Documentário-DVD/web. Produção e Direção Pedro Nunes. Brasil, 2012. 1h13min20s, colorido, som.

Em linhas gerais, na análise documental da Resolução 1/2006 CNE/CP e do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB (2008) verificamos traços tímidos e acríticos de uma política curricular que inclua a temática de gênero. Observamos reiteradamente a linguagem sexista, que invisibiliza o sexo feminino e a perspectiva de gênero, no uso exclusivo das palavras: professor, educador, aluno, pedagogo, pesquisadores, pais, graduados, o homem. Essa mesma linguagem se estende para as ementas das disciplinas analisadas.

Embora a palavra gênero esteja explícita nas disciplinas *Cultura, Gênero e Religiosidade*, e *Educação e Diversidade Cultural*, isso não significa que a questão seja trabalhada, a exemplo de um professor que, quando questionado, informou que não abordava gênero na disciplina, pois priorizava outras temáticas. Vemos, então, que a abordagem da temática de gênero independe de estar explícita ou não nas ementas das disciplinas. Sua abordagem depende da sensibilidade e engajamento político dos/as professores/as, que fazem uso da autonomia docente.

Podemos identificar nas entrevistas que a inclusão dos estudos de gênero em sala de aula está acontecendo nas disciplinas quando os temas levam à abordagem da temática e pela iniciativa de alguns/algumas docentes motivada por: experiência política em movimentos feministas; experiências pessoais marcantes (de intimidação, discriminação); compreensão sobre a necessidade de abordagem da temática.

Nossos achados corroboram as constatações do Seminário "Educação em Sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente no ensino superior", promovido pela UNESCO, Fundação Carlos Chagas e Rede de Gênero e Educação em Sexualidade – REGES/ECOS em 9 de outubro de 2013, em São Paulo, do qual participou uma das autoras deste texto. Na discussão da questão: "de que forma a educação em sexualidade e gênero está sendo incluída na formação docente inicial das universidades representadas?" concluiu-se que a inclusão ainda é restrita e tem dependido de iniciativas de docentes que lideram grupos de pesquisa, orientam trabalhos na pós-graduação e graduação, e lecionam disciplinas (geralmente optativas) focadas nas temáticas. Embora essas/esses docentes tenham obtido algum reconhecimento das agências financiadoras de pesquisa, por exemplo, e espaço na pós-graduação, parece que a questão de gênero ainda está no gueto ou na margem e não houve ainda um esforço amplo de inclusão via transversalização curricular (*gender mainstreaming*) na formação docente.

Tal inclusão objetiva reverter o viés androcêntrico do conhecimento, enfatizando as conquistas das mulheres e contribuições dos movimentos feministas para novas vertentes de produção científica, empoderando as mulheres, que são maioria nesses cursos, para se identificarem como produtoras e difusoras de um conhecimento comprometido com a equidade e justiça de gênero. Seu avanço, portanto, precisa se tornar prioridade das políticas curriculares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. 1. ed. São Paulo - SP: Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Educação para igualdade e cidadania. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso: em 09/12/2013.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. PROJETO CAPES/DGU 303/13. João Pessoa/PB, 2013a.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Informe 1: Inclusão de gênero nos currículos da educação superior no Brasil e na UFPB**. Relatório PROJETO CAPES/DGU 303/13. João Pessoa/PB, 2013b.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero é um conceito complexo e de difícil sensocomunização. Considerações a partir de uma experiência de formação docente. Juiz de Fora: **Revista Instrumento** v. 2, n. 2 jul/dez 2010, p. 75-88. Disponível em: <http://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/viewFile/937/800>. Acesso em: 26/10/2012.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; MONTANÉ, Alejandra. Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil: avanços e limites. **Labrys, Éstudes Féministes**, jul/dez 2012. Disponível em: <http://www.tanianavarros-wain.com.br/labrys/labrys22/education/maria%20eulina.htm#ftn1>. Acesso em: 01/05/2014.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória; MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução. **Espaço do Currículo**, v. 6, n. 2, p. 317-327. João Pessoa/PB, maio/ago 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/17153/9768>. Acesso em: 05/12/2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. Volume 2.** O Poder da Identidade. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAMON, Magda Lucia. **Trajetória de Feminização do Magistério: ambiguidades e conflitos.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO (CNE/CP). **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Resolução Nº 1 de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 10/2013.

CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – CLAM/IMS/UERJ. **Gênero e Diversidade na Escola. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CONGRESSO NACIONAL. **Plano Nacional de Educação 2011-2020.** Câmara dos Deputados. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acesso em: 27/04/2014.

_____. **Plano Nacional de Educação 2001-2010.** Câmara dos Deputados. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> Acesso em 27/04/2014.

CRANNY-FRANCIS, Anne; WARING, Wendy; STAVROPOULOS, Pam; KIRBY, Joan. **Gender Studies. Terms and debates.** New York: Palgrave Macmillan, 2003.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. Pequim, 1995. Disponível em: www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso: em 25/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Emprego – PME. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas.** 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf Acesso em 27/04/2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da História da educação na perspectiva do gênero.** Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 11, p. 31-46, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-132, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In Mary del Priore (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto. 1997.

PAZ, Lilian da. **Câmara Federal aprova artigo do PNE sem ideologia de gênero**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.zenit.org/pt/articles/camara-federal-aprova-artigo-do-pne-sem-ideologia-de-genero>. Acesso em: 27/04/2014.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CURSO DE PEDAGOGIA (PPP). Coordenação do Curso de Pedagogia. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. 2008.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa; LUZ, Nanci Stancki da. Gênero, ciência e tecnologia: avanços e desafios. In: CASAGRANDE, Lindamir S.; Da LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes de (Orgs.). **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. UTFPR 1 ed. Curitiba, 2011, p. 143-165.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Diferença e identidade: o currículo multiculturalista. In.: _____. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica. 3 ed. 1 Reimpressão. Belo Horizonte, 2010.

STROMQUIST, Nelly P. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, p. 13-25, jan./abr. 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n.199, p. 425-451. Brasília, set/dez 2000. Traduzido por: Syomara Deslandes Tindera. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/131/131>. Aesso em: 23/03/14.